

Justo, mas de pouco efeito

NEY BRITO

Pouco resultado se pode esperar com o "pacote" fiscal anunciado ontem porque da receita adicional esperada, entre Cr\$ 48 trilhões e Cr\$ 60 trilhões, só haverá aumento do caixa do Governo de Cr\$ 20 trilhões, o que representa menos 20 por cento do déficit estimado para o ano que vem, de Cr\$ 211 trilhões.

Deve ser destacado que o "pacote" fiscal como um todo traz uma carga de justiça social na medida em que procura tributar os de renda mais alta aliviando a carga das classes mais baixas. A causa Central do déficit entretanto ainda não foi devidamente atacada, ou seja, os esbanjamentos. Não se pode esquecer que da dívida governamental global US\$ 15 bilhões deveriam estar classificados de fato numa rubrica chamada "desperdício".

Outra questão fundamental, a despeito da justiça fiscal que se possa estar realizando, é que a solução significa maior transferência de recursos da área privada para a Governamental. Por isso o que se devia fazer era começar efetivamente um programa de privatização das empresas estatais. Até o momento não houve qualquer privatização, mas apenas reforço dos cofres oficiais com a venda de ações da Petrobrás preferenciais ao portador.

A redução das despesas das estatais em 20 por cento também precisa ser avaliada com cuidado pois pode acabar prejudicando as empresas que mais precisam dessas encomendas, ou seja as pequenas e médias e beneficiando aquelas para quem o faturamento junto a órgãos e empresas federais seja apenas um adicional.

A tributação nos mercados de opções e a futuro nas bolsas de valores, mesmo com alíquota baixa, também deve ser criticada,

embora não deva afetar as negociações à vista. Isto porque diminuirá a liquidez desses mercados com o afastamento parcial das pessoas que fazem as operações day-trade (compra e venda no mesmo dia).

Outra postura negativa do Governo foi a adoção do IPCA em lugar do IGP como indicador da inflação e da correção monetária. Qualquer índice em si pode ser usado, pois cada consumidor tem um índice diferente, e querer um que seja mais adequado para todos é impossível.

O mais grave está em que houve mudança das regras do jogo durante o jogo. A troca foi feita ao estilo da Velha República, sem consulta ao Congresso Nacional. Além do mais ela representou uma diminuição de dois por cento na inflação e na correção que iriam valer para este mês.

NEY BRITO é economista e Diretor da AFI — Consultoria em Finanças e Investimento